de estabelecer-se uma cadência mais lenta para a liberação de preços desses derivados.

O processo de liberação dos preços do álcool não pode induzir uma redução na renda atual do setor, haja vista que o país produz álcool em várias regiões, com diferentes custos agrícolas e diferenciados mercados demandadores, além do que, pela atual ausência de competição entre o álcool e a gasolina, a eliminação dos mecanismos de sustentação do combustível sem uma alternativa que os substitua para a continuidade da produção proporcionará desequilíbrios entre a oferta e a demanda, tanto no caso do álcool anidro como no do hidratado, e, possivelmente, até uma oferta excessiva de açúcar, que num segundo momento significará redução da atividade agrícola nas regiões menos competitivas nos custos de produção de álcool, como a Norte-Nordeste e a Centro-Oeste. É imperativo analisar essa questão sob o ângulo das alternativas empresariais disponíveis nas regiões menos competitivas, para que fique assegurado, na pior das hipóteses, o mesmo nível de renda e emprego verificado com os níveis atuais de produção de álcool.

Sob esse enfoque, e considerando a liberação de preços como um processo com tempo de maturação e objetivos claros de realocação de mercados e do nível de sustentação que se pretende para a atividade, defendemos que, consumadas as mudanças, a renda setorial seja indiferente nos diversos mercados que a cana-de-açúcar do Brasil abastece. Caso contrário, estaríamos procedendo, junto com a liberação de preços, a um efetivo recalque da atividade desse setor.

Jorge Toledo Florencio é presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no estado de Alagoas.

OPINIÃO

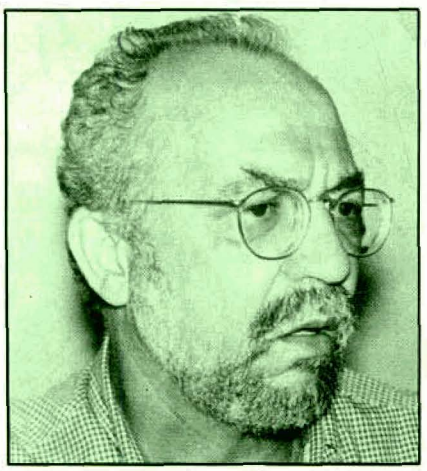
EMPREGO E MEIO AMBIENTE EM MIRA

JOSÉ MACHADO

É impensável, e de uma enorme irresponsabilidade, promover-se a liberalização dos preços da cana-de-açúcar e do álcool sem que se tenha previamente construído uma estratégia de transição de um modelo de gestão (intervencionista) para outro (mercado). Pois é imperioso que se garanta a manutenção de alguns dos objetivos estratégicos preconizados quando da criação do Proálcool, em 1975, além da fixação de dois outros que se tornaram cruciais nos dias de hoje: geração de emprego e qualidade ambiental.

Se essa irresponsabilidade governamental se perpetrar, antevejo um violento e perverso ajuste do setor, por meio de:

• concentração entre as unidades de produção, tendência, aliás, já em curso há alguns anos desde que eclodiu a crise setorial;



• cessação da produção do carro a álcool, com a conseqüente interrupção dos investimentos na tecnologia correspondente, significando também a ruptura dos compromissos assumidos pelo país na questão ambiental, particularmente no que diz respeito ao efeito estufa;

• hegemonia absoluta da produção de álcool anidro;

• submissão dos fornecedores ao poder das usinas na fixação dos preços da cana, podendo-se prever que muitos desses agricultores abandonem a cultura do produto;

• deslocamento de parcela da capacidade produtiva para a produção de açúcar, com a conseqüente queda dos preços desse produto e o aprofundamento da crise setorial;

• aceleração da mecanização no corte da cana;

• estreitamento do mercado, que favorecerá o mais eficiente parque produtivo setorial do Centro-Sul em detrimento do Nordeste, com as conseqüências sociais previsíveis.

José Machado é deputado federal pelo PT de São Paulo.